

LICENÇA-MATERNIDADE
DE 180 DIAS

Bancárias comemoram o
Dia Internacional da Mulher
com uma grande conquista

Desafio é
avancar nas relações
compartilhadas

Letícia,
bancária do
BB, e os filhos
Luiza e Pedro



Licença-maternidade de 180 dias: uma conquista com muitas lutas

Charlene Ferreira Santos, bancária do Itaú Unibanco em Recife, já se preparava para voltar ao trabalho no final de janeiro deste ano, após concluir os quatro meses de licença-maternidade, que emendara com as férias, quando recebeu a notícia de que poderia ficar mais 60 dias cuidando da recém-nascida Clarissa, sua primeira filha.



Arquivo pessoal

A angústia, por ter de se separar do bebê, transformou-se em felicidade. “Dois meses fazem muita diferença no desenvolvimento do bebê. Com quatro meses, ele é totalmente dependente de nós”, comemorou a bancária.

Como Charlene, milhares de bancárias em todo o país estão neste momento tendo a oportunidade de conviver mais tempo com os seus bebês, depois que os quatro grandes bancos privados (Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e HSBC), cedendo à pressão dos sindicatos e da Contraf-CUT, aderiram entre janeiro e fevereiro ao Programa Empresa Cidadã, implementando na prática a ampliação da licença-maternidade de 120 para 180 dias. O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal já haviam aderido ao programa em 2009.

O direito de as mães bancárias permanecerem dois meses a mais com seus filhos recém-nascidos é uma das grandes conquistas da campanha nacional de 2009, após mais de uma década de luta da categoria que tem como bandeira a



Arquivo pessoal

‘A transição é difícil’

Ana Cláudia Araújo Bastos, bancária da Caixa Federal em Recife, teve Arthur, seu segundo filho, pouco mais de um mês depois de o banco anunciar a ampliação da licença-maternidade. Emendou a licença com as férias, totalizando sete meses de dedicação exclusiva. “Até os seis meses, ele apenas mamava. No sétimo, comecei a acrescentar outros alimentos. Hoje, ele come de tudo, mas adora mamar”, diz a bancária.

Ana Cláudia voltou a trabalhar no início do ano e confessa que a transição é difícil. Felizmente, a avó mora perto e ajuda bastante. Tem, também, uma ajudante, que já trabalhava em sua casa desde antes do bebê nascer. “Mas ela não tem tanto jeito com bebês. E já me deixou na mão algumas vezes”, diz. E acrescenta: “Eles são tão pequenos. É difícil deixá-los sozinhos em casa...”

‘Cada dia é muito importante’

Sabrina Reis dos Santos, empregada da Caixa Econômica Federal em Brasília, na segunda gravidez:

“Quando eu tive meu primeiro filho, ficava agoniada com o pouco tempo que eu tinha para passar com ele. Ter mais tempo para ficar com o bebê é muito bom. Quem não é mãe não imagina como é. Para a mãe e para a criança, cada dia, cada hora é muito importante.”

Arquivo pessoal



Igualdade de Oportunidades para todos nos bancos — e que hoje representa uma referência para todas as categorias de trabalhadores.

O tema da erradicação de todo tipo de discriminação e preconceito dentro dos locais de trabalho foi incluído pela primeira vez na pauta de reivindicações da categoria aos banqueiros em 1998, exatamente 30 anos depois que as mulheres começaram a ser admitidas como profissionais do sistema financeiro. O primeiro banco a contratar mu-

lheres como bancárias foi o Banespa, em 1968, seguido do Banco do Brasil, em 1971. Hoje as mulheres representam a metade da categoria bancária em todo o país.

A primeira cláusula sobre Igualdade de Oportunidades foi incluída na Convenção Coletiva dos Bancários em 2000, abrindo uma nova frente de luta que vem avançando desde então. A ampliação da licença-maternidade para 180 dias é um marco importante nessa caminhada, que não deve ser compreendida como

O lugar da mulher é em todo lugar

80 dias, ita luta

Pediatra explica os benefícios da licença-maternidade de seis meses

Eduardo Vaz, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), sobre a importância da licença-maternidade de seis meses (*):

"A primeira grande vantagem é o vínculo que se estabelece entre a criança e a mãe. Hoje sabemos que um recém-nascido, nos primeiros anos de vida e principalmente nos primeiros seis meses, ao ser cuidado pela mãe tem um desenvolvimento cerebral muito mais adequado, que facilita seu aprendizado. A criança desenvolve o processo de gostar do outro. Passa a ser muito mais feliz, com saúde mental mais equilibrada, enfrenta melhor os estresses da vida.

A segunda vantagem é proporcionar as condições para o aleitamento materno exclusivo até o sexto mês, como é recomendado. Isso é muito importante para o crescimento e o desenvolvimento saudáveis.

A extensão da licença maternidade é essencial, tanto para saúde física como mental das crianças. Portanto, temos que lutar por isso, dar oportunidade para as mães amamentarem e cuidarem de seus filhos nesta fase inicial da vida, que é de fundamental importância."

(*) Eduardo Vaz fez a declaração em entrevista ao site Globo On.

uma conquista apenas das mulheres bancárias, mas de toda a sociedade, uma vez que esse período a mais permitirá um desenvolvimento saudável do bebê e dará segurança para a mãe quando retornar ao trabalho.

8 de março 100 anos de luta das mulheres por igualdade

A idéia de criar um dia internacional para celebrar as lutas e conquistas das mulheres em todo o mundo completa 100 anos em 2010. Ela surgiu na 2ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em 1910, mas só foi concretizada em 1921, na Conferência Internacional das Mulheres Comunistas, em homenagem à iniciativa de operárias russas que neste dia fizeram uma greve geral contra a fome, a guerra e o czarismo – lutas que integraram o processo que culminou na Revolução Russa de 1917. A data foi oficializada a partir de 1922, simbolizando o conjunto de ações das mulheres que, cotidianamente, lutam por transformações no trabalho e na sociedade.



'Trata-se de uma ganho também para a empresa'

Letícia Camilo, bancária do Banco do Brasil em Campinas (SP):



"A licença maternidade de seis meses foi de extrema importância, pois quando a Luiza nasceu em junho de 2009, o Pedro tinha apenas um ano e cinco meses. Como a licença foi estendida em dois meses pude, com maior tranquilidade, utilizá-la no mês anterior ao parto e concluir os preparativos para a chegada da Luiza sem sacrificar muito o Pedro e minha saúde.

Acredito que a extensão seja uma conquista muito importante para todas as mulheres bancárias porque, além dos benefícios já muito discutidos com relação à amamentação, à saúde do bebê, à economia da família e o estreitamento do vínculo mãe/filho, existe um benefício ligado ao tempo disponibilizado a essa fase tão especial, os primeiros seis meses de vida do bebê.

As mulheres que têm filhos vão entender muito bem o que estou dizendo: a ebulição hormonal dos

primeiros meses pós-parto que nos tornam todas mais 'depressivas', os primeiros meses de cólicas dos bebês que podem chegar até aos quatro meses, as primeiras vacinas que, na maioria, têm algum efeito colateral, o começo da comunicação mãe/filho, que, sobretudo para as mães de "primeira-viagem", se torna muito desgastante para ambos. E, com tudo isso, como estar com a cabeça livre e tranquila para se dedicar integralmente ao trabalho? Dessa forma, acredito que em termos de produtividade, trata-se de um ganho também para a empresa ter uma funcionária mais 'inteira' dois meses mais tarde.

Para as mulheres preocupadas com o tempo 'fora do mercado de trabalho' eu sugiro que se conscientizem que esse é um momento único e muito importante para ambos, mãe e filho, e que não faltará tempo para continuar se dedicando e se preparando para o mundo profissional."

r, inclusive no Sindicato. Participe

Igualdade na vida e no trabalho

A conquista da licença-maternidade de seis meses foi um passo importante não só para as mulheres, mas para toda a sociedade no que se refere aos cuidados com as gerações futuras. Porém, para alcançarmos a verdadeira igualdade de condições na vida e no trabalho, a luta do movimento sindical será pelas relações compartilhadas, tema que será tratado na Mesa Temática de Igualdade de Oportunidades com a Febraban, cuja retomada é prioridade do movimento sindical.

O conceito de relações compartilhadas visa superar a divisão artificial de papéis que nossa sociedade tenta impor para cada gênero: as mulheres cuidam da casa e dos filhos enquanto os homens sustentam a família. Para isso, além dos espaços conquistados pelas mulheres no mercado de trabalho, é preciso que os homens compartilhem com as mulheres a responsabilidade pelo serviço doméstico e pela educação dos filhos, diminuindo a dupla jornada exaustiva que é hoje imposta sobre

as mulheres. Nenhum dos gêneros pode sofrer qualquer prejuízo na vida profissional em função de responsabilidades familiares.

O movimento sindical bancário foi pioneiro ao trazer o tema para os debates dos trabalhadores, com a publicação em 2001 pela Confederação Nacional dos Bancários da



Pioneirismo dos bancários: cartilha de 2001 (esq.) sobre Relações Compartilhadas já incluía a proposta de ampliação da licença-paternidade para 6 meses

cartilha Relações Compartilhadas – Um Outro Mundo é Possível. Além disso, o movimento inclui desde 2008 uma proposta ousada em suas reivindicações: a ampliação para seis meses também da licença-paternidade, que seria usufruída pelos homens após o retorno da mãe ao trabalho. Além de garantir um período maior de cuidados para o bebê num momento crítico de sua formação, a medida visa promover o conceito de relações compartilhadas, em que homem e mulher dividem de forma igual responsabilidades e direitos.

A idéia é fazer com que a sociedade deixe de encarar a criação das crianças como um papel exclusivo da mulher, mas sim uma responsabilidade do casal. Além disso, a medida garantiria aos pais a possibilidade de assumir maior responsabilidade na criação dos filhos e construir com eles uma relação mais sólida. Homens e mulheres são capazes de desenvolver

todos os tipos de sentimento e realizar qualquer atividade, inclusive a criação dos filhos. Compartilhar essas tarefas gera melhor integração familiar e permite que homens e mulheres possam ter iguais oportunidades em todos os campos.

Na mesma linha está a campanha lançada pela CUT pela aprovação da Convenção 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que exige que sejam oferecidos a homens e mulheres com responsabilidades familiares o mesmo tratamento e as mesmas oportunidades dadas àqueles que não as têm. O documento recomenda ainda que os países criem mecanismos para ajudar os trabalhadores no cuidado com filhos e parentes. A Contraf-CUT e o movimento sindical bancário estarão atentos a essa discussão e vão pressionar pela ratificação da convenção, que seria um passo importante para a construção de relações realmente iguais.

